V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Como se percebe este não é um Plano da Secretaria Municipal de Educação mas sim para toda a rede municipal.

Os objetivos e metas que nele estão fixados são objetivos e metas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil existentes no município e dizem respeito à educação de Campo Florido, em todos os seus níveis e modalidades de ensino e, não apenas aqueles referentes a sua responsabilidade constitucional de oferta.

Este é, portanto, um plano de Estado, razão pela qual transcender o atual governo e tem uma expectativa de que os próximos governantes cumpram com os compromissos aqui expressos que, sem dúvida, explicitam a vontade de seus cidadãos.

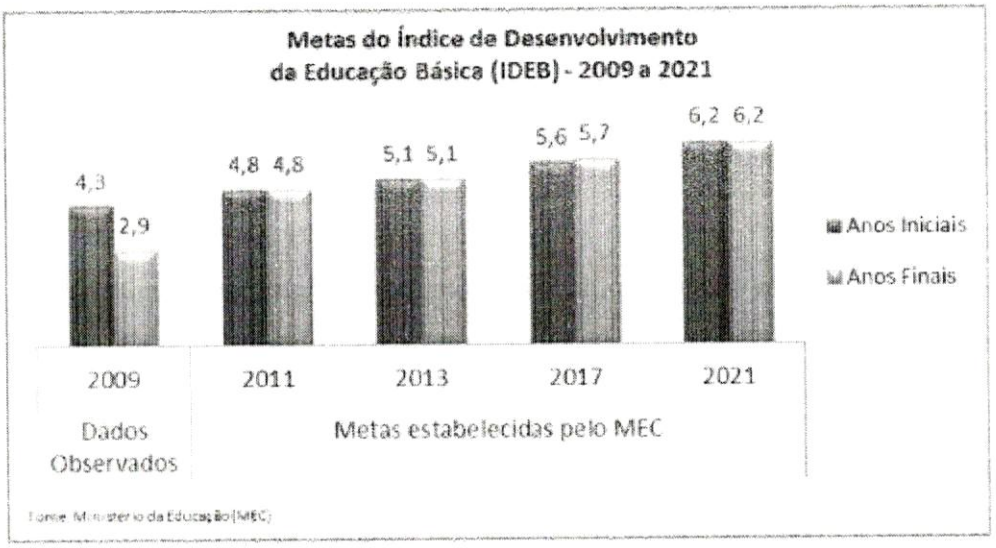
Ao ser instituído por Lei Municipal, este PDME terá as melhores chances políticas de uma boa execução. Chances essas que serão ampliadas e melhor asseguradas pela criação de uma comissão externa para o seu permanente acompanhamento e avaliação.

Neste plano, Campo Florido, estará fazendo o diagnóstico e traçando objetivos e metas referentes aos seguintes tópicos:

-Educação Infantil
-Ensino Fundamental
-Ensino Médio
-Educação Superior
-Educação Especial

-EJA
- Formação e Valorização do Magistério da Educação Básica
- Financiamento e Gestão.
- enfocando a inclusão;
-Valorização dos professores

4 - EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO



4.1 - Histórico da educação no município

O Município de Campo Florido, instalado em 1938, ocupa uma área de 1.265,4 Km² e conta com uma população de 6.870 habitantes, porém, com a implantação de uma Usina de Açúcar e Álcool, esta população está, hoje, em torno de 7000 habitantes e

mais uma população flutuante de 2.800 pessoas por ocasião do plantio/safra de cana-de-açúcar que vai de abril a dezembro.

Com toda esta demanda e com a economia centrada na agropecuária, o município procura se estruturar através de ações, em consonância com o PNE, acompanhar, organizar e financiar uma política de gestão educacional.

A zona rural, além de extensa, abriga um elevado número de alunos, principalmente quando consideramos os dois assentamentos já existentes.

Para atender toda a clientela, a utilização do transporte escolar se faz presente percorrendo toda região e onde não tem escola, os alunos são atendidos na sede do município.

Há três escolas rurais que atendem o alunado até a quarta série do ensino fundamental das proximidades das escolas.

Na sede do município, temos dois Centros Municipais de Educação Infantil que atende crianças de 4 meses a 5 anos, 11 meses e 29 dias, duas escolas de 1° ao 5° ano, e uma escola do 6° ao 9° ano do ensino fundamental mais ensino médio. São atendidas ao todo 2034 alunos no município dentre os quais 577 utilizam o transporte escolar para a sede e ainda 206 alunos que vão para cidades próximas para cursar o 3° grau nas mais diferentes áreas.

Assim, com orgulho podemos afirmar que todos os nossos professores são habilitados e sensibilizados em oferecer aos alunos de Campo Florido uma educação de qualidade buscando a melhoria de vida para os cidadãos campo floridenses.

Os alunos que não tiveram acesso à escola em idade regular, também tem um atendimento nas escolas através do EJA – Educação de Jovens e Adultos – Hoje , trabalhamos a inclusão social, oferecendo programas de multiatendimento com pessoal especializado como psicólogo, fonoaudiólogo e ainda atendimento médico – odontológico para todos.

Os alunos com deficiências, quer seja física, mental, auditiva, visual ou deficiência múltipla utilizam o transporte escolar para melhor atendimento especializado.

4.2 - Diagnóstico da educação no município

Tabela 1 – Número de estabelecimentos, Matrículas, Docentes e Turmas

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	8	1.790	67	78
2008	8	1.857	80	83
2009	7	1.883	80	84
2010	6	1.797	85	85
2011	6	1.955	84	89
2012	6	2.124	86	93
2013	7	2.118	83	87

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A redução do número de escolas deve-se ao fato de ter desativado uma escola da zona rural e os alunos passaram a ser transportados para o município.

Apesar de manter o nível de matrículas no mesmo índice entre 2012 e 2013 houve uma redução no número de turmas devido a legislação que dispõe sobre o número de aluno por série. E nos últimos dois anos aumentou consideravelmente o numero de alunos atendido de uma forma geral.

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 7,8%. Na área urbana, a taxa era de 7,3% e na zona rural era de 9,3%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,4%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária.

4.2.1 - GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE (PRIMEIRO GRUPO DE METAS1,2,3,5,9,6,7,10,11)

4.2.1-META 1-

Resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos nos mais distintos países, entre eles o Brasil, há muito vêm atestando a importância da educação das crianças, tanto para os processos de escolarização que se sucedem como para a formação dos indivíduos em uma perspectiva mais global. A difusão e a aceitação desses resultados certamente influenciaram para que a educação infantil na última década tenha se tornado alvo de ações governamentais significativas na sociedade brasileira e tenha sido projetada como prioridade no âmbito do PNE. Não por acaso, constitui-se na primeira meta a universalização da pré-escola até 2016 e a ampliação de vagas em creches, visando ao atendimento de 50% das crianças de até três anos até o fim da sua vigência.Vale destacar que o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos é fruto, em grande medida, das históricas demandas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento de mulheres, pela criação e ampliação de vagas em creches e pré-escolas, o que também vem influenciando o tratamento prioritário que a educação infantil tem recebido.

A incorporação da educação infantil à educação básica constituiu-se em medida de política pública, o que lhe permitiu passar a contar com o financiamento advindo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) desde 2007. Outra medida importante foi o estabelecimento da sua obrigatoriedade em conjunto com o ensino fundamental, o ensino médio (e as modalidades concernentes), fato que ocorreu com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que estendeu a educação obrigatória para a faixa etária de 4 a 17 anos.

A despeito desses avanços, ainda é muito restrita a extensão da sua cobertura no País. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, no ano de 2013, o Atendimento em creches atingia cerca de 28% das crianças e na pré-escola o índice era de 95,2%. Ainda mais grave é a situação identificada em estudo do mencionado instituto com base em dados do ano de 2010. O estudo demonstrou, por exemplo, que, do total das crianças atendidas nas creches, 36,3% faziam parte dos 20% mais ricos da população e apenas 12,2% integravam o estrato dos 20% mais pobres.

Como se observa, são muitos os desafios a serem superados para garantir o acesso e o usufruto da educação infantil de qualidade. Conforme define a legislação, cabe aos municípios a responsabilidade pela oferta da educação infantil, mesmo sendo

notória a necessidade que a maior parte deles tem de contar com o apoio dos estados e da União para poder cumpri-la.

Em face dessa realidade, a maioria das estratégias apresentadas no PNE tem como ancoragem o acionamento de mecanismos que pressupõem a dinamização do regime de colaboração – forma republicana, democrática e não competitiva de organização da gestão, que deve ser estabelecida entre os sistemas de ensino, para assegurar a universalização do ensino obrigatório (art. 211 da Constituição Federal de 1988), enfrentando os desafios da educação básica pública e regulando o ensino privado. Entre as principais estratégias da Meta 1, situa-se a definição de formas de expansão da educação infantil nas respectivas redes de ensino dos entes federativos, considerando as peculiaridades locais, mas em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com o padrão nacional de qualidade, também a ser definido. Além disso, essa meta abrange a manutenção e ampliação da rede, em regime de colaboração, assegurando a acessibilidade e o programa nacional de construção e reestruturação de escolas de aquisição de equipamentos, com vistas à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. Igualmente de modo colaborativo, está previsto o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o seu atendimento.

A primeira meta do PNE trata da educação infantil e estabelece que até 2024 deve-se ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas. A oferta de pré-escola deve abranger toda a população na faixa etária de 4 e 5 anos, até 2016 e metade das crianças de 0 a 3 anos de idade deverão estar matriculadas em creches até o final da vigência do PME (2024). Uma forte articulação federativa será exigida para que os Municípios, que têm responsabilidade direta sobre esta oferta, possam ajudar o país a atingir a meta nacional.

Na realidade a meta 1 se desdobra em duas metas com prazos diferentes a serem cumpridas. De acordo com nossa análise situacional abaixo descrita, com relação às crianças de 4 a 5 município encontra-se em uma zona de conforto, mas a faixa etária de 0 a 3 anos vai exigir um empenho do município na busca de parcerias na implementação de ações para conseguir o atendimento da meta estabelecida.

Análise Situacional Do Município Em relação Ao Brasil e a Minas Gerais – crianças de 0 a 3 anos.

GRÁFICO 1 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Analisando os dados apresentado percebe-se que é preciso estratégias bem articuladas e definidas para se alcançar a meta estabelecida quanto ao atendimento das crianças de 0 a 3. De acordo com o informativo do Simec baseada em dados do Inep / MEC são de 433 crianças nesta idade. O município consegue atendeu 138 no ano de 2014 e em 2015 está atendendo 163 segundo informações do Departamento Municipal de Educação. Mesmo assim há um déficit , são 370 crianças sem atendimento.

Há no município, dois Centros de Educação Infantil. Um entrave que temos que considerar é o fato de haver crianças nesta faixa etária que dependem do transporte escolar e não há condições do município atender à legislação de trânsito quanto ao uso de "cadeirinhas"para transporte destas crianças.

O CEMEI Anália Tereza atende 91 crianças de 0 a 3 anos e tem uma fila de espera em torno de 30 crianças.Os espaços físicos para atendimento das 91 crianças desta faixa são de 05 salas. É preciso ressaltar que parte desta clientela é atendida no turno matutino, parte no turno vespertino. Apenas 25 permanecem no CEMEI tempo integral.

Quanto ás funcionárias, são 2 (duas) professoras e 16 cuidadoras, todas com formação em magistério uma delas com pedagogia e outras duas cursando.

O CEMEI Maria Alfreda atende 72 crianças de 0 a 3 anos e tem uma fila de espera de cerca de 5 crianças.O espaço físico do CEMEI Maria Alfreda para atendimento das crianças desta faixa são de apenas 3 salas. Para atender esta faixa de idade o CEMEI Maria Alfreda conta com duas professoras e 10 cuidadoras. Das 12

Análise Situacional Do Município Em relação Ao Brasil e a Minas Gerais – crianças de 0 a 3 anos.

GRÁFICO 1 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Analisando os dados apresentado percebe-se que é preciso estratégias bem articuladas e definidas para se alcançar a meta estabelecida quanto ao atendimento das crianças de 0 a 3. De acordo com o informativo do Simec baseada em dados do Inep / MEC são de 433 crianças nesta idade. O município consegue atendeu 138 no ano de 2014 e em 2015 está atendendo 163 segundo informações do Departamento Municipal de Educação. Mesmo assim há um déficit , são 370 crianças sem atendimento.

Há no município, dois Centros de Educação Infantil. Um entrave que temos que considerar é o fato de haver crianças nesta faixa etária que dependem do transporte escolar e não há condições do município atender à legislação de trânsito quanto ao uso de "cadeirinhas"para transporte destas crianças.

O CEMEI Anália Tereza atende 91 crianças de 0 a 3 anos e tem uma fila de espera em torno de 30 crianças.Os espaços físicos para atendimento das 91 crianças desta faixa são de 05 salas. É preciso ressaltar que parte desta clientela é atendida no turno matutino, parte no turno vespertino. Apenas 25 permanecem no CEMEI tempo integral.

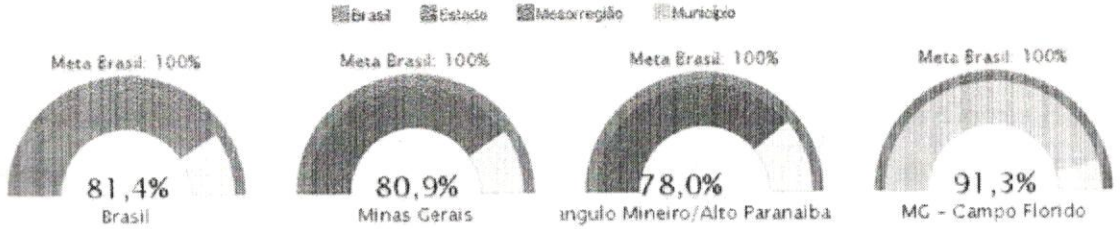
Quanto ás funcionárias, são 2 (duas) professoras e 16 cuidadoras, todas com formação em magistério uma delas com pedagogia e outras duas cursando.

O CEMEI Maria Alfreda atende 72 crianças de 0 a 3 anos e tem uma fila de espera de cerca de 5 crianças.O espaço físico do CEMEI Maria Alfreda para atendimento das crianças desta faixa são de apenas 3 salas. Para atender esta faixa de idade o CEMEI Maria Alfreda conta com duas professoras e 10 cuidadoras. Das 12

funcionárias atuando nesta faixa etária 11 tem magistério (três delas estão cursando Pedagogia) Apenas 1 tem o Ensino Médio.

Análise situacional do município em relação ao Brasil e a minas gerais – Crianças de 4 a 5

GRÁFICO 2 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

A primeira escola alvo do nosso diagnóstico é o CEMEI Anália Tereza que atende 61 crianças de 04 a 05 anos. Destas 32 são atendidas no turno matutino e 24 delas permanecem no CEMEI durante tempo integral. No vespertino há ainda 29 crianças.

O trabalho pedagógico desta faixa etária fica a cargo de três professoras e quatro cuidadoras: dos professores dois têm formação em pedagogia; outras duas estão cursando pedagogia. As 4 cuidadoras são habilitadas em magistério.A escola consegue atender toda demanda de crianças de 04 a 05 por isso praticamente não há lista de espera.

Acontece às vezes no período de safra da cana de açúcar haver alguma fila de espera devido aos filhos de trabalhadores que chegam para colheita. Quanto ao espaço físico do CEMEI Anália Tereza para atendimento ás crianças desta faixa são de duas salas no turno da manhã e uma no turno vespertino.

A segunda escola, o CEMEI Maria Alfreda, atende 32 crianças de 04 a 05 anos distribuída em 2 turmas , uma matutina outra vespertina. Aqui também se consegue atender a demanda de 04 a 05. Apesar de pouco espaço o CEMEI atende toda demanda

desta faixa. Talvez se deva ao fato de ter outra escola bem próxima que oferece esta modalidade.

Quanto ao atendimento pedagógico destas crianças (4 a 5 anos) o CEMEI Maria Alfreda conta com duas professoras regentes e uma eventual todas com magistério.

O grande problema desta instituição é o espaço, são 69 crianças de tempo integral e as salas não são suficientes para o número de turmas, consequentemente sempre há uma turma usando a área externa da escola.

Além do atendimento nos CEMEIs a Escola Municipal Professor Gomes Horta atende 110 crianças de 4 a 5 anos. Seis 6 professoras atuam nesta modalidade.Uma delas com curso superior e as outras estão cursando pedagogia.

Atendimento por turma:

A Escola Municipal Vereador Dormelino de Sousa atende 42 alunos nesta faixa etária e duas professoras são responsáveis por estas salas. Cada uma com 21 alunos.

A Escola Municipal Santa Terezinha atende 7 crianças que são atendidas por uma professora formada em pedagogia.

No total são 250 crianças atendidas de 4 a 5 anos dados retirados Do Departamento de Educação do Município.

4.2.1.2 - META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal no 9.394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do Poder Público para com a educação em geral e, em particular, para com o Ensino Fundamental.

No seu Art. 22, que trata da finalidade da Educação Básica, da qual o Ensino Fundamental é parte integrante, lê-se que ela deve assegurar a todos *"a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores"*, fato que confere ao Ensino Fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade.